



**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei NÚMERO: 422 ANO: 2011**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?  
→ ☐ Implica diminuição de receita. Quais?  
→ ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☒ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

- ☐ SIM (Emenda nº \_\_\_\_\_) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:**

**4. Outras observações:** (1) A proposição prevê a destinação de dotação de recursos financeiros para centros municipais de controle de zoonoses e para centros de triagens e organismos de combate ao tráfico e proteção aos animais. Da análise do Projeto de Lei restou constatada a existência de implicação financeira e orçamentária da proposição com relação à União, uma vez que acarreta novas despesas e receitas, além de pretender criar um fundo federal. Também no caso não apresenta a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como as medidas de compensação desse impacto. Por fim, o Projeto de Lei contraria a LDO para 2015 (art. 108 e 109); a LRF (art. 16) e a Norma Interna desta Comissão ao propor a criação de um fundo federal (art. 6º). NT 10-2015.

Brasília, de de 2015.

**Marcelo de Rezende Macedo**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**

